



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Famílias e Curso de Vida

ENTRE FILHOS E PAIS – FAMÍLIAS, MODELOS EDUCATIVOS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÉNERO

GRAÇA, Alexandra

Doutorada em Sociologia – Família e Vida Quotidiana

Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE

xandi.graca@netvisao.pt

Resumo

O presente estudo dá ênfase à análise do processo de educação familiar, a partir das vozes dos atores principais, de modo a verificar a existência ou inexistência de elementos ativos que permitam manter as diferenças entre géneros. Pretendemos, igualmente, apreender a diversidade de posicionamentos e de práticas das famílias, permitindo, deste modo, reconstruir as dinâmicas familiares e o quotidiano infantil.

Adotou-se um posicionamento epistemológico centrado no paradigma construtivista, interpretativo e compreensivo numa lógica predominantemente qualitativa. Foram entrevistadas famílias (pais, mães e filhos a frequentar o 6º ano de escolaridade) dos concelhos de Beja e Vidigueira (Baixo Alentejo), num total de 120 entrevistados.

Foram analisadas as representações e ações dos diversos atores, relativamente às lógicas de transmissão, organização e orientação desenvolvidas pelas famílias.

Constatamos que as práticas educativas se caracterizam por um balanço permanente entre os padrões globais, as pressões sociais e os padrões individuais, pelo que não são sempre coerentes, denotando-se algum desacerto entre as representações e as práticas. Verificamos, ainda, que os modelos educativos não são estáticos, existindo claramente um equilíbrio dinâmico entre o pólo da autoridade e o pólo da relação. O padrão global das famílias associa-se a uma abordagem educativa da classe média, caracterizada por um forte investimento escolar, planeamento e preocupação com o futuro dos filhos. As crianças são atores sociais ativos e reflexivos no seu processo de socialização.

As questões de género assumem alguma relevância nos padrões de estruturação do quotidiano familiar e infantil.

Abstract

This study emphasizes the analysis of family education process from the voices of key actors in order to verify the existence or absence of active elements that maintain gender differences. We also want to seize families' diversity of positions and practices, reconstructing families' dynamics and children everyday life.

We adopted an epistemological positioning centered on the constructivist, interpretative and comprehensive paradigm, assuming predominantly a qualitative logic. We interviewed families (fathers, mothers and children attending the 6th grade) of the municipalities of Beja and Vidigueira (Baixo Alentejo - Portugal), with a total of 120 respondents.

Representations and actions of various actors are analyzed, in relation to transmission, organization and orientation logics developed by families.

It is reported that educational practices are characterized by a permanent balance between global standards, social pressures and individual patterns, so they are not always consistent, indicating there are some mismatch between representations and practices. We found also that educational models are not static, there is clearly a dynamic equilibrium between the relation and the authority pole. The overall pattern of households is associated with an educational approach of the middle class, characterized by a strong educational investment, planning and concern with the future of their children. Children are active and reflective social actors in their socialization process.

Gender assumes some importance in structuring the patterns of families and children everyday life.

Palavras-chave: Família; Modelos educativos; Relações entre filhos e pais; Construção social do género; Sociologia da Infância, da família e do género

Keywords: Family; educational models, relations between children and parents; Social construction of gender, Sociology of childhood, family and gender

Notas introdutórias

São inquestionáveis as metamorfoses que a família ocidental sofreu no seu passado recente, nomeadamente nos aspetos relativos à sua dinâmica. Estas mutações decorrem desde o século XIX, embora tenham assumido uma maior intensidade a partir dos anos 60 do século XX. A alteração profunda do papel da mulher e da criança na sociedade e na família, a entrada da mulher no mercado de emprego, a crescente valorização dos princípios igualitários entre géneros, a mudança das estruturas demográficas, as alterações jurídicas e de mentalidades, a democratização da escola para os dois sexos, a emergência de novas formas de família (Leandro, Henrique e Barros, 2008) são alguns dos elementos chave que atestam a velocidade e diversidade dessa mudança. Estas transformações não significam, em nosso entender, um decréscimo da importância da família, na medida em que "... contrariamente às aparências e aos discursos de desolação, a família nunca teve tanta importância como agora" (Singly, 2000: 23).

No mesmo sentido, a passagem de modos de produção centrados numa base familiar para os de produção capitalista possibilitaram "... a passagem da família instituição, baseada em finalidades instrumentais, à família companheirista centrada nos afetos e no bem-estar dos seus membros" (Cunha, 2007: 51).

Paralelamente, o processo de individualização ganha maior relevância, transformando a família num espaço privado ao serviço dos indivíduos, tendo como elementos centrais os membros que a compõem. Na família individualista e relacional é o processo de individuação, que demarca a sua continuidade ou instabilidade, sendo que o amor é a condição justificativa para a manutenção da relação (Singly, 2000).

Consequentemente, o lugar das crianças na família sofreu profundas transformações, tendo passado de uma função fundamentalmente económica, assistencial, de linhagem e estatutária para uma função marcadamente afetiva e simbólica de coesão conjugal (Cunha, 2007).

Ser pai e mãe, hoje, é significativamente diferente do que era há algumas décadas atrás. Presentemente, as crianças são alvo de um forte investimento e sentimentalização por parte dos pais, que recorrem a estratégias educativas para possibilitar a mobilidade social ascendente dos filhos, no caso das famílias populares ou de reprodução quando o capital sociocultural familiar é elevado (Singly, 1993; Leandro, 2001).

Mas não foi apenas o lugar da criança na família que se alterou visivelmente, pois a própria concepção de infância foi progressivamente apresentando novos contornos. O reconhecimento gradual de que as crianças são agentes activos e socialmente criativos, que contribuem para a produção das sociedades adultas e não apenas para as culturas infantis, conduz à concepção da criança como actor social (Corsaro, 1997).

James e Prout (1997) consideram a infância como uma categoria socialmente construída e as crianças como atores sociais nos seus mundos de vida. A criança é um ser activo desde que nasce, pelo que a socialização não corresponde a um processo passivo, nem a uma programação cultural (Giddens, 1997).

Tal como no passado, atualmente os pais detêm um papel central no acto de criar e educar as crianças. Todavia, algumas das funções que tradicionalmente estavam centradas exclusivamente na família são atualmente partilhadas com outros agentes de socialização como a escola, os *média* e as novas tecnologias. Apesar da influência de elementos externos, a família integra um sistema articulado de valores, conhecimentos, crenças e práticas de inegável relevância para o processo de socialização dos seus membros. Nos primeiros anos de vida, as crianças não são socializadas apenas através de instruções directas e explícitas. A aprendizagem dos padrões culturais é efetuada à medida que seguem rituais rotineiros e respondem às solicitações que lhes são feitas no mundo em que vivem. A socialização é, por isso, um jogo delicado entre a estrutura do dia-a-dia das crianças, a forma como o percebem e como reagem às suas circunstâncias específicas. A socialização implica um processo relacional produzido reflexivamente através de trocas intersubjectivas, que integram orientações valorativas e afetivas que são fundamentais para a construção identitária (Szymanski, 2004). Por sua vez, as práticas educativas traduzem o modo como os adultos socializam os mais jovens, bem como refletem as diferentes significações e opções dos pais face à tarefa socializadora. Montandon (2005) refere que não existe um modelo único de práticas educativas, pois estas dependem de inúmeros fatores, tais como a classe social, o reportório cultural da família, o relacionamento conjugal, entre outros.

Contornos da investigação

A análise dos modelos educativos é um elemento fundamental para aprofundar o conhecimento das dinâmicas familiares, nomeadamente das relações entre pais, mães e filhos. Por outro lado, e porque as práticas diárias são baseadas, em larga medida, na divisão do trabalho por géneros e em conceções culturalmente aceites de comportamento adequado face a este, as crianças assimilam e modelam o significado de género à medida que seguem os passos no seu desenvolvimento. O que fazem, como se sentem em relação a si próprias e aquilo que se tornarão é grandemente influenciado pela organização do género na família e na sociedade global. Mas de que forma é que se estrutura esse processo? Qual a relação entre o género e as lógicas de conceção e de significação da educação familiar? Será que existem princípios ativos nas práticas familiares que permitem manter as diferenças entre géneros?

Qual a influência dos modelos educativos das famílias na construção social do género?

Esta foi a pergunta que, numa fase inicial, norteou a presente investigação, no entanto esta tornou-se limitativa no decorrer da mesma. A complexidade e riqueza dos conteúdos inerentes ao estudo dos modelos educativos levaram-nos a deslocar o foco central do trabalho das questões associadas ao género para a compreensão e interpretação, em profundidade, da perspetiva dos diversos atores relativamente ao processo de educação familiar. Consequentemente formulámos novas questões, que se revelaram centrais, para o desenvolvimento do presente trabalho:

Como é que os protagonistas destas ações experienciam e representam o processo de educação familiar? Quais as conceções e significações que produzem? Que homogeneidades e diversidades existem, tendo em conta a classe social, o género e a composição da fratria?

A fim de evitar um foco de análise feminino e adultocêntrico, como acontece em inúmeros estudos, considerámos essencial analisar os modelos educativos através da voz dos atores principais envolvidos no processo educativo familiar. Um outro aspeto que nos parece revelante realçar é que a presente investigação se situa num contexto cultural específico - concelhos de Beja e Vidigueira (Baixo Alentejo) – área esta sub-estudada ao nível da sociologia da família e da infância em Portugal.

Não podemos definir ou situar a presente investigação exclusivamente numa área disciplinar, na medida em que nela confluem influências da *sociologia da família, da infância e do género* numa perspetiva eminentemente construtivista e compreensiva.

O título “*Entre Filhos e Pais*” decorre do pressuposto de que a socialização é um processo multilateral, pelo que consideramos que o ponto de vista das crianças sobre a educação familiar é fundamental para o aprofundamento sociológico dos modelos educativos e do papel da criança no processo de socialização. Uma vez que existe uma conexão constante entre todos os sistemas que interagem com a criança, a sua produção simbólica elabora-se mediante um trabalho criativo e reprodutivo, através do qual se constitui como indivíduo e como ator social, portador de uma identidade particular, sendo que esta é a representação que a criança elabora acerca dela própria. Ora na presente investigação encontramos-nos perante um eixo fundamental de análise dessa identidade, o género.

Propomo-nos compreender os significados pelos quais as diferentes gerações interpretam a sua experiência familiar no que concerne aos eixos estruturadores do modelo de análise, ou seja, a *transmissão*, a *organização* e a *orientação*.

A *transmissão* envolve os aspetos simbólicos que contribuem para a formação de uma determinada cultura familiar e identitária, operacionalizando-se em *conteúdos*, ou seja, através da observação dos *princípios*, *valores educativos* e *crenças* que estão subjacentes à relação pedagógica entre pais e filhos.

Centrada em configurações de natureza instrumental, a análise da *organização* pretende analisar os *métodos*, os *meios* e as *formas de funcionamento* das relações internas na família, isto é, as *práticas quotidianas* (Kellerhals e Montandon, 1991). Pretendemos estudar a diversidade de práticas que envolvem a arquitetura dos modelos educativos, bem como reconstruir o quotidiano das crianças de modo a apreender as suas arenas de ação e competências sociais nos diferentes *espaços e lugares*.

Através do eixo da *orientação* temos como intuito compreender os objetivos parentais que, de forma explícita ou implícita, visam o desenvolvimento de um perfil particular da *personalidade social do filho* e as aspirações a um determinado *posicionamento social* (Kellerhals e Montandon, 1991).

As crianças desenvolvem vínculos às lógicas de *transmissão, organização e orientação* dos pais e das mães, operacionalizando a experiência da socialização familiar em *representações e práticas* (Montandon, 2001). A análise dos discursos das crianças possibilita a compreensão das representações acerca dos *princípios e valores*, que identificam como centrais na relação educativa, a *avaliação do funcionamento familiar* e os *objetivos* dos principais agentes de socialização.

Tendo em conta as particularidades da presente investigação, em que se articulam contribuições teóricas de diversas áreas da sociologia, optámos por adotar um posicionamento epistemológico centrado no paradigma construtivista e interpretativo. Decorrente da delimitação da matriz conceptual sobre a qual se definiram os objetivos da presente investigação traçou-se o modelo de análise.

A amostra é composta por quarenta famílias biparentais dos concelhos de Beja e Vidigueira, tendo sido entrevistados um total de cento e vinte indivíduos. O material empírico foi recolhido através dos testemunhos de pais (quarenta) e mães (quarenta), bem como dos respetivos filhos (vinte) e filhas (vinte) a frequentar, à data, o 6º ano de escolaridade do ensino básico.

Perante a especificidade da amostra, recorreremos a estratégias diversificadas e adequadas às características de cada um dos grupos (adultos e crianças). É através da duplicidade e cumplicidade existente nas relações intergeracionais que procurámos captar consensos e paradoxos nas relações familiares, de modo a alargar o conhecimento existente acerca desta problemática.

Através da presente investigação procurámos aprofundar os saberes acerca das experiências dos diversos atores no processo de socialização familiar. Analisámos a conceção dos modelos educativos familiares através dos discursos dos pais e das mães, bem como das representações das crianças acerca do que os progenitores lhes transmitem, dos métodos que usam e dos projetos e aspirações que têm para si. Tivemos em consideração as representações e as ações dos diversos intervenientes, relativamente a cada uma das dimensões inerentes ao jogo complexo de interações que caracteriza a socialização familiar. Refletimos igualmente acerca da influência dos modelos educativos na construção social do género, tendo sido necessário para tal recorrer a incursões teóricas no domínio da sociologia da infância, da família e do género.

A incursão no domínio nas representações e ações de pais, mães e filhos face aos eixos da *transmissão, organização e orientação* possibilitou-nos o mapeamento e a compreensão das homogeneidades e heterogeneidades nos modos de olhar e viver a vida familiar.

Resultados globais da investigação

Globalmente aferimos que existe uma tendência para que os adultos efetuem uma articulação e um ajustamento constante, entre as suas biografias e a diversidade de padrões institucionais existentes. Tal como afirma Lahire (2004), os indivíduos são atores sociais plurais, socializados em diversos contextos sociais onde experienciam práticas diversificadas. As experiências socializadoras não são constantemente coerentes, análogas e conciliáveis, pelo que se denota algum desacerto entre as representações e as práticas, ou até mesmo algumas contradições, no caso dos adultos, no que concerne ao ajustamento entre os diversos eixos de análise. É o caso da incidência de perfis de transmissão multivalorativos, que incorporam, simultaneamente, padrões e valores pertencentes aos eixos da relação, estabilidade e regulação moral; ou, mesmo, da focagem do discurso em ideais igualitários que não têm qualquer tradução ao nível das práticas.

Os discursos das crianças não revelam grandes contradições, existindo normalmente uma maior coerência entre as representações e as ações. Tendo em conta o que se escreveu anteriormente, estes resultados levam-nos a pressupor que a conceção parental dos modelos educativos é marcada por “tensões” entre o que se pensa e o que se faz, sendo, assim, um processo dinâmico e sujeito a diversos influxos, nomeadamente os que advêm de pressões externas e internas. Efetivamente, as prioridades educativas dos pais e das mães nem sempre estão harmonizadas com o que é socialmente valorizado, tendo que haver um balanço constante entre

os ideais familiares e as influências dos restantes agentes de socialização (escola, média, sociedade de consumo, pares, etc.). Desta feita constatamos, numa perspetiva construtivista, que as opções educativas de pais e mães se produzem numa conexão permanente entre os diferentes atores e sofrem alterações ao longo do tempo.

Internamente à família existe uma influência recíproca entre filhos e pais, em que nem sempre são os adultos que detêm maior poder. Em vista dos argumentos apresentados, consideramos que a integração do ponto de vista das crianças na presente investigação trouxe elementos fundamentais ao entendimento da temática. As crianças dão sentido à sua socialização, sendo que através do processo de co-construção de relações com os progenitores vão criando a sua identidade social. Estes processos estão em constante transformação, à medida que as crianças interagem com outros agentes de socialização, que são confrontados com novos projetos e que vão tendo novos conhecimentos (Montandon, 2001). De qualquer modo, concluímos que as crianças participam de forma ativa e reflexiva no modo como se estabelecem as dinâmicas no seio familiar. Apropriam-se dos valores transmitidos pelos pais e pelas mães, participam na organização do quotidiano familiar, assumindo um papel de destaque, compartilham aspirações e objetivos, embora utilizem estratégias e mecanismos para contornar os aspetos que lhes desagradam, ou com os quais não concordam. As crianças são ativas na medida em que influenciam, organizam, coordenam e controlam acontecimentos que ocorrem nos seus mundos sociais. Se, por um lado, aceitam e sentem com agrado o facto de usufruírem de uma esfera protetora criada pelos pais, na qual toleram a sua dependência e as decisões dos progenitores; por outro, tentam suprimir estes limites, temporal e espacialmente, criando mundos independentes dos adultos. Através das culturas de infância, as crianças, conjuntamente com os pares, produzem ativamente a separação entre gerações, construindo mundos sociais autónomos. É ainda notório um balanço identitário (Singly, 2006) por parte das crianças, em que se entrecruzam traços infantis e juvenis, o que nos permite atestar que esta fase da vida é caracterizada pela transição entre as culturas de infância e as culturas juvenis.

Os progenitores, por sua vez, aceitam e estimulam a autonomia dos filhos relativamente às tomadas de decisão na esfera individual. Tal como é expectável em crianças que se encontram na infância tardia, identificamos claramente uma clivagem identitária, (Singly, 2006), na medida em que se denota um maior controlo das decisões relativas à esfera escolar e uma maior liberdade nas que são alusivas à esfera pessoal (exemplo: vestuário, atividades de tempo livre, entre outras). Esta atitude decorre do valor e da relevância que pais e mães atribuem à escola, pelo que as decisões relativas a esta esfera estão sujeitas a um maior controlo parental, por poderem de algum modo hipotecar o futuro das crianças. Os progenitores têm, então, uma conceção dualista da criança nesta fase do ciclo de vida, ativando preferencialmente uma delas, ou intensificando uma das perspetivas de acordo com as situações. A criança é pensada ora como um projeto, fonte de forte investimento dos progenitores, sem que, no entanto, lhe seja conferida maturidade para autodeterminar; ora como ator ativo, participativo, interventivo e comprometido na construção do seu projeto individual.

Independentemente da perspetiva adotada, pais e mães julgam que a supervisão é um elemento essencial para prevenir riscos que poderiam de algum modo afetar o percurso idealizado para os seus filhos. Embora considerem que os pares são uma componente relevante no processo de desenvolvimento, a maioria dos progenitores supervisiona as relações de amizade como forma de antecipar e preservar as crianças daquilo que consideram como riscos ambientais e interpessoais. A confiança no grupo de pares dos filhos tranquiliza os adultos, existindo uma preferência pela homogeneização social do mesmo, embora esta disposição nem sempre surja de forma declarada nos discursos. São utilizadas estratégias de abertura, supervisão e até mesmo de dissuasão, quando as amizades são sentidas como um potencial risco, por exemplo através do controlo da identidade dos amigos e, que por vezes, se prolonga até aos seus familiares. Pensamos que a relação da família com os pares é uma área de investigação ainda em descoberto e, como tal, deveria ser aprofundada, tendo em conta as óticas dos diversos atores envolvidos nesta dinâmica.

Por diversas ordens de razão, a escola é, sem dúvida, um elemento central no quotidiano das crianças e das famílias. Constatámos que o dia-a-dia dos mais novos está bastante restringido a espaços institucionalizados, identificados por Zeiher (2003) como “ilhas urbanas”, nomeadamente a casa, a escola e os locais onde decorrem as atividades extra-escolares.

Reconhecemos, todavia, que existe alguma diversidade que se associa às características do meio em que as crianças residem e à classe social a que pertencem. A institucionalização do cotidiano infantil é superior no caso das crianças residentes na cidade, e pertencentes a classes sociais mais favorecidas. As que residem no meio rural e/ou de grupos socioeconômicos menos favorecidos apresentam uma maior flexibilidade de horários, bem como uma maior liberdade para brincar no espaço exterior da “minha rua”.

Na nossa amostra, o gênero é um elemento estruturador e diferenciador na organização dos quotidianos infantis, estando presente nas práticas e representações destas crianças. Existem sinais de fortes diferenças entre gêneros nas relações de pares, em que o trabalho de fronteira é extremamente vincado nas atividades que desenvolvem, nas preferências televisivas, no modo como usam as tecnologias, na participação no trabalho doméstico e até mesmo nalguns tipos de aspirações face ao futuro. As representações são, largamente, ancoradas a estereótipos tradicionais de gênero, pelo que consideramos que a construção da identidade sexual nesta fase apresenta fronteiras vincadas entre a masculinidade e a feminilidade.

As questões de gênero assumem igualmente uma relevância central na estruturação dos padrões de organização do cotidiano familiar. Nomeadamente, são as mulheres quem assumem um papel decisivo na materialização das dinâmicas de organização cuja divisão das tarefas domésticas mantém um carácter acentuadamente tradicionalista. A falta de envolvimento dos homens neste tipo de tarefas liberta-lhes tempo para que desenvolvam alguns tipos de práticas recreativas com os filhos.

Tal como Singly (2000), aferimos que o tempo feminino é contínuo, não apresentando fronteiras definidas, contrariamente ao masculino que apresenta contornos bem circunscritos, centrados essencialmente no trabalho de reconforto, ou seja, de apoio emocional. Por outro lado, as atividades maternas apresentam características semelhantes ao trabalho desenvolvido nas esferas laborais (exigem organização, concentração, controlo do tempo, disponibilidade), contrariamente às paternas que são mais flexíveis, menos rotineiras e com menores níveis de exigência.

Globalmente, esta diferenciação mantém-se em relação à participação na educação e cuidados com os filhos, sendo que é visível uma clara predominância feminina no trabalho educativo. Constatamos que a ideologia da maternidade intensiva da classe média está patente na presente amostra, embora com maior expressão nas mães das classes socioeconômicas mais elevadas. Há assim da sua parte investimento no trabalho profissional, bem como nos cuidados e educação das crianças, de modo a promover o desenvolvimento pleno dos filhos. Existe, efetivamente, uma pressão social associada ao papel maternal, pelo que é compreensível que os êxitos escolares dos filhos contribuam para elevar a autoestima das mães e que a identidade feminina, apesar de apresentar uma diversidade de vertentes, mantenha uma natureza educativa por excelência.

Nos casos mais extremados, a intensidade do investimento parental, ou melhor dizendo maternal, conduz a uma fusão identitária, levando ao abandono de objetivos individuais em prol dos filhos.

O gênero é indubitavelmente um elemento ativo na diferenciação das práticas de organização familiar, influenciando a construção da identidade sexual das crianças no que diz respeito ao desempenho dos papéis de gênero. O grau e a extensão desta influência não pode ser aferida no presente estudo, no entanto estamos certos que os diferentes agentes de socialização têm um papel igualmente determinante nesta questão.

Por todos estes aspetos consideramos que, apesar das inúmeras transformações sociais do papel da mulher na sociedade, estas parecem não ter tradução direta nos modos de divisão das tarefas domésticas e educativas no interior da família.

Embora a responsabilidade de educar as crianças seja, por regra, dos dois progenitores, é visível uma orientação vertical da solidariedade intergeracional, baseada regularmente num modelo maternocêntrico de guarda das crianças e com maiores níveis de cooperação nos grupos socioeconômicos mais favorecidos. A solidariedade intergeracional é claramente marcada por efeitos de gênero e de classe, penalizando as mulheres dos grupos socioeconômicos menos favorecidos.

Mas se ao nível das práticas de *organização* é visível esta tendência de diferenciação, surge-nos, por oposição, uma lógica de transversalidade de gêneros nos elementos relativos aos eixos de *transmissão* e de *orientação*. Constatamos que os progenitores partilham valores idênticos, sendo que estes estão ligados a

influências sociais de larga escala. Por sua vez os discursos das crianças revelam correspondência com os dos seus progenitores. Existe de facto uma plena integração dos mais novos na cultura do grupo familiar e uma harmonização relativamente aos valores e ideais valorizados pelos adultos, embora os aspetos relativos à regulação moral não tenham quase expressão nos seus discursos.

A relevância dos aspetos centrados na relação e na afetividade são indiscutíveis, embora a estabilidade normativa e a regulação moral também detenham papel significativo nos aspetos relativos à transmissão familiar. Reconhecemos que coexistem moralidades plurais que se materializam em perfis multivalorativos, o que evidencia que a relação educativa integra valores inerentes aos diversos eixos de análise, sendo que os pais e mães fazem uso de cada um deles em função do contexto.

No entanto, é de igual modo possível verificar que globalmente os homens e/ou os entrevistados das classes socioeconómicas menos favorecidas estão associados a perfis mais tradicionalistas, atribuindo maior relevância aos valores de ordem moral. Por sua vez, as crianças apresentam perfis que se enquadram com maior incidência nas lógicas contemporâneas, salientando os aspetos de ordem relacional e de estabilidade normativa.

Os princípios e valores que orientam a transmissão são fundamentais para compreender os modos de organização e de orientação das famílias, podendo ser considerados os pilares sobre os quais se alicerçam os modelos educativos. Os progenitores adotam, por regra, um modelo educativo que está em concordância com os princípios de transmissão que perfilham, cujas práticas dão maior ou menor relevo à autoridade, ou à relação. As dinâmicas educativas baseiam-se, largamente, no equilíbrio dinâmico entre os pólos da relação e da autoridade, dando-se um afastamento ou aproximação a cada um deles em função das conjunturas. Dando conta desta realidade, agrupámos os resultados em dois estilos caracterizadores dos padrões de funcionamento: o mais comum revela-se o negociador moderado, associado a padrões mais contemporâneos; seguindo-se-lhe o autoritário moderado, articulado a pressupostos mais tradicionalistas.

Existem evidências que demonstram a redefinição do conceito tradicional de poder parental, na medida em que não é visível uma subordinação total da criança ao adulto; existe a possibilidade de negociação em diversas situações, apesar de se verificar o predomínio do poder dos adultos, nomeadamente nas tomadas de decisão. Apesar disso, as crianças reconhecem as limitações do seu *status*, não recusam este controle, consideram-no admissível, embora não se submetam integralmente ao adulto. A negociação é tida como um elemento privilegiado na relação entre pais e filhos, havendo, neste sentido, o reconhecimento da criança como ator social.

Deparamo-nos com situações em que se observam inversões da autoridade, nas quais a criança sobrepõe o seu *status* ao dos adultos. Estas ocorrem esporadicamente em ocasiões de conflito, nos aspetos relativos às opções de consumo e fundamentalmente na utilização das tecnologias digitais. As crianças possuem maiores competências que os adultos relativamente às novas tecnologias, o que lhes permite o domínio de um novo espaço social, criando zonas de libertação, bem como um controlo mais autónomo da organização social das atividades.

Este resultado não pretende sugerir que estejamos perante famílias anómicas. Pelo contrário, parece-nos bastante evidente que todos os adultos entrevistados possuem valores que procuram transmitir aos seus filhos, apresentam formas organizadas de gerir o quotidiano, investem e preocupam-se com o futuro, o que indicia a integração de elementos simbólicos da abordagem educativa da classe média. Mesmo nos grupos socioeconómicos menos favorecidos, é notória uma tendência para tentar equiparar as experiências e oportunidades dos filhos aos das classes sociais mais favorecidas. É sobretudo nestes casos que se denotam fortes aspirações de mobilidade social ascendente. Deste modo, apesar da diversidade das práticas e mesmo das perspetivas de transmissão e orientação, existem elementos de grande homogeneidade e de indiferenciação que são notórios. Um deles é certamente a valorização da lógica afetiva e relacional como elemento central nas relações entre pais e filhos, tendo por base critérios como o amor e a comunicação entre as gerações. Apesar da aproximação às lógicas afetivas, estas não se manifestam em formas de agir indiferenciadas, sendo notória uma maior proximidade e envolvimento entre mães e os filhos(as). Existem então, valores, objetivos e aspirações bastante homogéneos entre pais e mães, com níveis de investimento e

de empenhamento diferenciados. Parece-nos igualmente revelante salientar que, nos casos de exceção, em que no mesmo casal as filosofias educativas dos pais e das mães não coincidem, a tendência é para que a dinâmica familiar global se regule, quase sempre, pelas diretrizes maternas. Este resultado é fortemente indiciador do poder e domínio das mulheres na esfera familiar e educativa.

A família é descrita por adultos e crianças como um elemento central nas suas vidas, embora o conceito de família das crianças seja mais inclusivo que o dos seus progenitores. No seu discurso de família, os mais novos abrangem normalmente a família alargada e, por vezes, os animais de estimação, utilizando critérios de integração como a consanguinidade, o envolvimento em rituais e rotinas da vida familiar e a interação positiva com elementos significativos.

Por outro lado, as funções simbólicas dos filhos na família são fortemente balizadas por um entendimento da criança coligada à dimensão afetiva, entendida como um elemento de gratificação pessoal (Cunha, 2005; 2007). Neste sentido, pais e mães tentam promover o desenvolvimento global dos seus filhos, com o objetivo de potenciarem a sua individuação e valorização pessoal, sendo que esta resulta, numa primeira fase, fundamentalmente do investimento escolar. Há uma interligação entre os valores e prioridades estabelecidos no presente, com vista à concretização de aspirações e objetivos futuros.

O papel da escola é central nos discursos de pais e mães, sendo que um percurso escolar positivo e um acompanhamento eficaz da família neste âmbito são entendidos como indispensáveis.

Os aspetos contidos nas várias dimensões de análise levam-nos a concluir que, tendencialmente, existe uma orientação positiva da família face ao futuro dos filhos, bem como uma idealização de um *sonho de sucesso* (Singly, 2000). Este sonho consubstancia-se através da adequabilidade da personalidade social dos filhos às expectativas dos pais assentes em traços de acomodação e de auto-regulação, bem como de um percurso de vida sujeito a uma organização por etapas com um forte investimento na educação e na carreira profissional. Como estratégia para potenciar a revelação de talentos ocultos e o aprofundamento das competências das crianças, os progenitores com níveis socioeconómicos mais elevados investem no consumo de produtos e serviços que possam elevar as oportunidades de sucesso escolar dos filhos. As atividades extra-escolares estão incluídas nessa lógica.

Segundo os pais, o sucesso no mundo laboral está fortemente dependente do investimento e do capital escolar que se detém, sendo que as estratégias familiares de socialização estão fortemente focadas em torno da escola e do *ofício de aluno* (Perrenoud, 2005). Embora reconheçam o valor da escola, poucos são os que têm um papel ativo neste âmbito, funcionando a criança como mediadora entre os progenitores e os meandros institucionais. As representações dos pais e das mães acerca das instituições escolares decorrem largamente do que Perrenoud (2001) designa como *go-between*. A avaliação que os adultos fazem relativamente às escolas reveste-se de algumas críticas, nomeadamente acerca de aspetos operacionais, de organização, de comportamento dos alunos, da qualidade dos professores e do próprio sistema educativo. São os pais e as mães que integram os grupos sociais com capitais mais elevados que mais refletem acerca destas questões, transpõem com maior facilidade as sinuosidades institucionais, têm maior poder de reivindicação e intensificam as manobras familiares para tirar proveito dos recursos, nomeadamente através da influência sobre o recrutamento social dos alunos nas turmas.

Para as crianças, o ofício de aluno é elemento integrante da condição de ser criança. O processo de escolaridade é avaliado pela maioria como um elemento fundamental para que consigam atingir as suas aspirações face ao futuro. O espaço escolar desempenha um papel importante nas relações conviviais, sendo um palco privilegiado para a observação das relações entre pares. Embora as crianças estejam em contextos organizados, marcados por sobrecargas de tempos escolares, avaliam o espaço e o tempo do recreio como elementos fundamentais para o seu bem-estar e para desfrutarem do prazer de brincar ou conviver.

As raparigas expõem uma relação mais positiva com a escola que se operacionaliza através de um maior investimento escolar, tempos de estudo mais prolongados e melhores resultados. Na presente investigação, um pequeno grupo de crianças distancia-se da norma demonstrando um desagrado total para com a escola, não manifestando aspirações de prosseguimento de estudos até ao nível superior, tendo todos eles um traço comum – são rapazes.

Apesar de existir um reconhecimento de que a atual conjuntura económica, social e laboral modificou as premissas que regulavam a inserção e progressão no mercado de trabalho, continua a ser evidente a pressão parental para que os filhos tenham uma carreira escolar de sucesso que lhes permita alcançar um curso superior. Pais e filhos julgam maioritariamente que a obtenção de um diploma de nível superior é ainda um elemento fundamental para que os mais novos tenham uma integração positiva no mercado de trabalho, que lhes proporcionará estabilidade financeira e promoverá a sua autonomia.

Ao nível laboral, as aspirações dos pais, a longo prazo, centram-se em discursos que apelam fundamentalmente para aspetos individualistas e instrumentais, como a ambição, tendo por base o prestígio social da profissão. Outros, porém, têm subjacentes justificações eudemonistas e de realização pessoal.

Já nas crianças, os argumentos que utilizam para as suas futuras escolhas vocacionais recaem em fins ora individualistas, ora altruístas ou instrumentais. Embora seja evidente a diversidade de objetivos e de argumentos que utilizam para as suas opções, existe uma homogeneização dos desejos associada ao imaginário consumista das crianças. A uniformização abrange as diversas dimensões em estudo e assenta em símbolos associados à moderna cultura de consumo, representando o modo como as crianças se pretendem posicionar na hierarquia social e permitindo-lhes simultaneamente partilhar valores comuns com o grupo. A globalização e a massificação da informação veiculada pelos *média* e pelas novas tecnologias influem largamente na construção da subjetividade e identidade infantis, contribuindo para a difusão dos valores dominantes da classe média. Existe por parte das crianças uma plena identificação com estes princípios no presente, projetando-os, igualmente para o futuro.

Consideramos que existem pressões sociais relativamente ao desempenho “adequado” dos papéis parentais e maternos, normalmente assentes em modelos fundados na psicologia e na pedagogia, sendo que os pais aferem, em parte, as suas competências a partir desses pressupostos. Simultaneamente, a competência/incompetência educativa dos progenitores é amplamente definida pelos êxitos e fracassos dos filhos, sendo este um elemento relevante na forma como avaliam o desempenho do seu papel parental ou maternal. Contrariamente a algumas linhas de investigação, pensamos que os resultados das práticas educativas dos pais sobre as crianças não são lineares, pois estão dependentes de diversos condicionalismos, contextos e situações.

Finalmente concluímos que as linhas mestras estruturantes da cultura familiar espelham a construção identitária dos indivíduos, sendo os significados continuamente redefinidos e enquadrados no tempo. Verificamos que os pais tendencialmente valorizam as homogeneidades quer sociais, quer de género, embora quase sempre essa atitude se revele de forma muito subtil. Estes resultados contrariam os ideais intrínsecos à pós-modernidade em que a diferença e a singularidade são salientadas, o que poderá indiciar que o meio em que foi efetuada a investigação apresenta ainda fortes contornos de tradicionalismo, sendo que a influência de variáveis como a classe e o género são centrais na organização dos resultados. A composição da fratria também é reveladora de elementos de diferenciação em algumas das dimensões em análise, pelo que julgamos que uma abordagem sociológica mais aprofundada nesta área seria vantajosa. Julgamos que a utilização desta variável, para além de imprimir um cunho de originalidade à investigação, permitiu identificar um elemento que consideramos que deverá incorporar com maior frequência os estudos nesta área. O futuro da investigação sobre a socialização familiar não pode, nem deve, ser fundado em elementos que estimulem o reducionismo de uma problemática tão vasta, tão rica e multifacetada como a que aprofundámos ao longo da presente investigação. Esperamos seriamente que o nosso pequeno contributo seja o ponto de partida para novos e profícuos avanços científicos nesta área de investigação.

Referências Bibliográficas

Corsaro, William A. (1997). *The Sociology of Childhood*. United States of America: Pine Forge Press

Cunha, Vanessa. (2005). As funções dos filhos na família, *In* Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, (pp.365-456). Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais,

- Cunha, Vanessa. (2007), *O lugar dos filhos – Ideais, práticas e significados*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais
- Giddens, Anthony (1997). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- James, Allison & Prout, Alan (1997). *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood*. London. Falmer Press
- Kellerhals, Jean; Montandon, Cléopâtre (1991). *Les Stratégies Éducatives des Familles - Milieu Social, Dynamique Familiale et Éducation des Pré-Adolescents*. Paris. Delachaux et Niestlé
- Leandro, Maria Engácia & Henriques, Ana Sofia & Barroso, Virgínia, (2008), Entre pais e filhos: Aspirações Recíprocas, *Actas do VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
- Lahire, Bernard (2004). *O Homem Plural – As molas da acção*. Lisboa. Instituto Piaget
- Leandro, Maria Engrácia (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa. Universidade Aberta
- Montandon, Cléopâtre (2000). In the company of peers: a few notes on the construction of social ties in childhood (pp.96- 111), *Atas do Congresso Internacional – Os mundos Sociais e Culturais da Infância*, I Volume, Braga. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho
- Montandon, Cléopâtre (2001), The negotiation of influence: children's experience of parental education practices in Geneva, in Lenna Alanen; Berry Mayall (pp. 54-69) *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London. Routledge Falmer
- Montandon, Cléopâtre (2005). As Práticas Educativas Parentais e a Experiência das Crianças, *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, nº 91 Maio- Agosto, 485-507
- Perrenoud, Philippe (1995). *O ofício de aluno e o sentido do trabalho escolar*, Porto, Porto Editora
- Perrenoud, Philippe (2001). Entre a família e a escola, a criança mensageira e mensagem (pp.29-56) *In Cléopâtre Montandon & Philippe Perrenaud, Entre pais e professores, um diálogo impossível?* Oeiras. Celta Editora
- Singly, François de, (1992). Contribuição para uma Sociologia dos interesses pessoais e coletivos na família ocidental, *Sociologia - Problemas e Práticas*, vol. 11, 153-164
- Singly, François de (1993). *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris, Éditions Nathan
- Singly, François de (2000). O eu, o Casal e a Família. Lisboa. Publicações Dom Quixote Lda
- Singly, François de (2006), *Les Adonissants*, Collection Individu et Société, France, Armand Colin
- SZYMANSKI, Heloísa, (2004), Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional, *Revista de Estudos de Psicologia*, vol. 21, nº 2, 5-16
- ZEIHER, Helga, (2003), Shaping Daily Life in Urban Environments (pp. 66-81) *In Christensen, P. and O'Brien (ed.) Children in the City: Home, Neighbourhood and Community*. London and New York, Routledge/ Falmer